

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 538.284 - SP (2019/0302335-5)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : JEFFERSON SA VALENCA CLEMENTE MACHADO
ADVOGADOS : LUIZ CLEMENTE MACHADO - SP075946
JEFFERSON SÁ VALENÇA CLEMENTE MACHADO -
SP194787
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : REGINALDO APARECIDO PINTO DE CAMARGO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de REGINALDO APARECIDO PINTO DE CAMARGO contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no julgamento da Apelação n. 0000310-61.2017.8.26.0567.

Consta dos autos que o paciente foi condenado, pelo Juízo de primeiro grau, às penas de 11 anos, 7 meses e 6 dias de reclusão, em regime inicial fechado, e 515 dias-multa, pela prática dos delitos previstos nos arts. 157, § 2º, incisos II e V, do Código Penal e 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006 (fls. 32/64).

Inconformada, a defesa apelou e o Tribunal *a quo* negou provimento ao recurso (fls. 65/79).

No presente *mandamus* (fls. 3/22), o impetrante sustenta estar configurado constrangimento ilegal em razão do afastamento do redutor previsto no § 4º do art. 33 da Lei n. 11.343/2006, apontando estarem presentes todos os requisitos para a concessão do benefício.

Por fim, uma vez reduzida a pena, sustenta que o paciente faz jus ao regime inicial semiaberto, nos termos do disposto nos enunciados 440 da Súmula desta Corte e 718 e 719 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Ao final, requer, liminarmente, a aplicação do regime inicial semiaberto e, no mérito, a fixação do redutor de pena previsto no art. 33, § 4º,

Superior Tribunal de Justiça

da Lei n. 11.343/2006 na fração máxima e a aplicação de regime inicial mais brando.

É o relatório. **Decido.**

De início, o presente *habeas corpus* não comporta conhecimento, pois impetrado em substituição a recurso próprio. Entretanto, nada impede que, de ofício, seja constatada a existência de ilegalidade que importe em ofensa à liberdade de locomoção do paciente.

No caso, ao menos em juízo de cognição sumária, não verifico manifesta ilegalidade apta a justificar o deferimento da medida de urgência, sendo necessário aprofundado exame dos autos para a aferição de eventual constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser analisado em momento oportuno, após parecer ministerial, por ocasião do julgamento definitivo do *habeas corpus* pelo colegiado.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Devidamente instruídos, dispenso o envio de informações. Dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator